

Limite. ISSN: 1888-4067

nº 13.1, 2019, pp. 9-20

Naufrágio e Literatura - II

Shipwreck and Literature - II

Maria Luísa Leal

Universidad de Extremadura

lleal@unex.es

José Cândido de Oliveira Martins

Universidade Católica Portuguesa

cmartins@braga.ucp.pt

Josiah Blackmore afirma, exemplarmente, na entrevista que publicamos neste vol.13.1. da revista *Limite*, que “o relato português de naufrágio é um género singular de uma experiência humana arquetípica” (Blackmore: 9). O desastre, o trauma, a perda, a sobrevivência e a morte vividos ou contemplados são a sua origem inesgotável e universal. O género singular a que se faz referência é aquele que se conhece como “Literatura Portuguesa de Naufrágios” e que nasceu de uma dinâmica importante: a transposição de uma escrita de naufrágios vividos em primeira pessoa ou contados por narradores autorizados como eram os cronistas da época (séculos XVI e XVII) para uma monumental compilação organizada em dois volumes por Bernardo Gomes de Brito em 1735 e 1736 e formada por doze relatos que, assim, ficaram a salvo das vicissitudes da respetiva transmissão em folhetos de cordel, cartas, crónicas. Como se pode deduzir após a leitura dos artigos e testemunhos que formam o segundo dossiê temático que a *Limite* dedica ao tema “Naufrágio e Literatura”, o comentário desses doze relatos está longe de ter sido esgotado e isto, por si só, é garante de um lugar no cânone e, ao mesmo tempo, característica partilhada com os grandes clássicos da literatura. Mas, poder-se-á perguntar: que cânone? E que clássicos?

A questão da relação entre a *História trágico-marítima* e o cânone leva-nos à sua relação com a literatura portuguesa, não só com a literatura portuguesa de viagens – lugar classificatório não desprovido de consequências para a questão do cânone, uma vez que dela fazem parte textos híbridos e onde muitos só lograram o estatuto literário

depois de complexas cadeias de transmissão intertextual¹ e profuso comentário crítico –, mas com a literatura *tout court*. A arrumação tradicional dos textos em épocas, séculos, nações, línguas, géneros ou autores tem sido considerada redutora, inexata e propícia a deturpações de perspetiva. Mas, também, indispensável, nem que seja para evitar desastres maiores. E é essa arrumação que subjaz à organização de programas e manuais escolares em todos os níveis em que se ensina literatura, embora com características mais normativas no Ensino Secundário do que no Ensino Superior. A inclusão da *História trágico-marítima* nos programas do Ensino Secundário é precisamente um tema tratado por Pedro Balaus Custódio no ensaio que publica no presente volume. Estamos, pois, a pensar num cânone literário português. Simultaneamente, podemos avançar que, mesmo que seja difícil considerar clássicos os doze relatos que compõem a compilação de Gomes de Brito se os tomarmos individualmente,² a obra como conjunto merece ter lugar entre os clássicos da literatura portuguesa.

Lembradas questões bastante estudadas e relativamente pacíficas, cabe perguntar o que nos traz de novo este segundo dossiê dedicado ao tema do Naufrágio e Literatura. Felizmente, muitas coisas com direito de autoria, que sublinharemos a seguir, mas também uma nova consciência: a de que a *História trágico-marítima* ganha em ser lida e colocada, em termos comparatistas, numa literatura trágico-marítima mundial, sendo certo que novas vias de investigação vão surgir do cruzamento com outros sistemas literários. Para além da relação com outras literaturas, vale a pena sublinhar outro domínio também comparatista, que é o da comparação interartes, uma vez que o naufrágio tem sido representado em diferentes suportes, tanto textuais

¹ São inúmeras e diversas as reverberações da literatura de naufrágios na Literatura Portuguesa contemporânea, da poesia à ficção. Neste imaginário de múltiplas referências trágico-marítimas, sirvam de exemplos alguns romances: de Ruben A., *A Torre de Barbela* (Lisboa, Assírio & Alvim, 1995 [1964]); de Mário de Carvalho, *Fantasia para dois coronéis e uma piscina* (Lisboa, Caminho, 2003); de Miguel Real, *A Voz da Terra* (Lisboa, QuidNovi, 2005); de Ana Margarida de Carvalho, *Que Importa a Fúria do Mar* (Lisboa, Teorema, 2013); e de Mário Cláudio, centrado na biografia de Luís de Camões, *et pour cause*, intitulado *Naufrágios de Camões* (Lisboa, D. Quixote, 2017).

² O naufrágio de Sepúlveda, hipotexto de obras literárias que vão de *Os Lusíadas* a várias criações literárias contemporâneas, entraria mais facilmente nesta categoria do que aqueles que não tiveram tal fortuna. Porém, o objetivo desta referência não é sugerir que a *História trágico-marítima* contém relatos de naufrágio clássicos; é, sim, afirmar que o conjunto é um clássico, também pelos intensos e duradouros ecos literários que conheceu ao longo de séculos.

como artísticos.³ E, também, uma perspectiva interdisciplinar que situe o “género literário do naufrágio no contexto das fronteiras permeáveis das humanidades e das ciências sociais, desalojando modos de pensar fossilizados”, como sustenta Josiah Blackmore na já citada entrevista. Curiosamente, uma análise que compara a escrita de Al Berto com a *História trágico-marítima* leva o seu autor, Leonardo de Barros Sasaki, a uma tomada de consciência de um sujeito coletivo, um “nós” que assiste como espetador a novas histórias trágico-marítimas e à necessidade de aprofundar a resposta que esse “nós” tem dado a essas catástrofes. A análise de uma obra poética à luz de uma *História trágico-marítima* vista como arquétipo do medo acaba por levar a um cruzamento com as ciências sociais e a história contemporânea que está a acontecer ao mesmo tempo que está a ser contada e que, podemos acrescentar, deu azo, relativamente perto de nós, a uma produção literária recente, de romances maioritariamente em francês sobre os naufrágios no Estreito de Gibraltar. Se tomássemos como matriz desses romances de naufrágio no Estreito a *História trágico-marítima*, os contornos da tragédia ganhariam nitidez por colocarem em destaque oposições tão flagrantes como os pares saída / entrada, Atlântico / Mediterrâneo, nau / jangada, cobiça / necessidade..., numa lista que não seria difícil acrescentar.

Passemos à apresentação dos ensaios que integram o dossiê. Em “Náufragos do império: a alteridade interrompida na *História Trágico-Marítima*”, Daniel Vecchio Alves debruça-se sobre a representação da morte que, em sua opinião, tem levado à interpretação desta obra como o contraponto da épica. Mais do que renúncia ao heroísmo épico, aquilo a que, em seu entender, assistimos nestes relatos é a uma morte que pode ser interpretada como “interrupção no processo de alteridade”. Verificando que pouco se regista acerca da integração dos náufragos nos territórios onde vão dar, Vecchio Alves interroga-se sobre a possibilidade de terem existido desfechos diferentes daqueles que nos transmitiu a compilação de Gomes de Brito. Esses desfechos alternativos situar-se-iam em zonas de “não dito” e apontariam para uma não representação da alteridade, tese que exemplifica com o fim de Manuel de Sousa Sepúlveda: quem nos diz que, ao entrar no mato e desaparecer para sempre da vista dos seus companheiros e dos registos do seu naufrágio, não se conformou com a perda dos seus familiares e com a

³ Sirva de ilustração paradigmática, entre outros, o belo quadro de Helena Vieira da Silva, “História Trágico-Marítima” (óleo sobre tela, 1944).

sua nudez forçada e, “apropriando-se de novos costumes”, veio a sobreviver no território da alteridade?

O que interessa ao autor deste ensaio são as zonas dos contactos interrompidos pela morte dos naufragos, uma morte que, depois de lhe aplicar vários filtros teóricos e temáticos do presente, reconhece como uma atitude de entrega do naufrago para manter a alma centrada no seu “familiar lugar de crença e de divina memória” (Alves: 21). Temas como “tragédia e morte”, a nudez, a expectativa dos leitores, o conteúdo do termo “cafre”, a institucionalização da tragédia, o “discurso confessional” diante da iminência da morte, a “morte cristã como não aceitação ou como desconhecimento do outro”, o “naufrágio da alteridade” desenharam um percurso que, se não leva à descoberta de resultados realmente novos, abre uma linha interpretativa que apela à procura de outros potenciais relatos em que a relação entre naufragos e povos autótones adquira contornos diferentes.⁴

Hélio Alves, autor de “Poesia oceânica: Camões, da navegação ao naufrágio, ante o precedente de Corte-Real”, começa por nos apresentar *Os Lusíadas* como “um dos clássicos repositórios da poesia oceânica na literatura do mundo”, estatuto poético que se tornou conhecido a partir do século XIX, com Humboldt e Melville, que atribuíram a Camões uma originalidade considerada indispensável a qualquer tipo de reconhecimento novecentista. *Os Lusíadas* são vistos como obra fundadora e original da poesia oceânica, e também como seu expoente máximo, o que merece a Hélio Alves o seguinte comentário: “Camões poderá ser inimitável como poeta do mar, mas não pode haver dúvida de que imitou para o ser” (Alves: 55). Este jogo de palavras é muito mais do que um achado verbal, é um programa de investigação que o autor cumpre exemplarmente no seu ensaio, demonstrando que os versos oceânicos de Camões devem muito menos à sua experiência marítima do que à imitação, posto que assentam “num paradigma imitativo geral que, às vezes, é interno à literatura portuguesa”. Com efeito, Hélio Alves leva a cabo uma análise poético-estilística de uma obra de Corte-Real, o *Sucesso do segundo Cerco de Diu*, escrita na década de 1560 e que circulava manuscrita quando

⁴ Esta problemática da relação com o Outro remete-nos para estudos como o de Dulce de Sousa Gonçalves, *Diálogo com a Africanidade na História Trágico-Marítima* (Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2004), entre outros que se têm debruçado sobre esta temática.

Camões ainda estava ocupado com a composição d' *Os Lusíadas*.⁵ Uma análise poético-estilística das duas obras permite determinar profundas afinidades entre algumas partes das duas obras, apesar de Corte Real ter escrito um poema sobre uma cidade cercada, baseado no modelo da *Ilíada*, enquanto Camões escolheu como modelo a *Odisseia* e a experiência marítima de Ulisses. Em ambos se verifica o recurso à hipotipose, a uma linguagem pictórica e fonicamente enérgica que sublinha, sensorialmente, a força do oceano.

A coincidência de elementos entre Corte Real e Camões por exemplo na descrição da deusa Tétis explica-se pelo muito plausível recurso a uma fonte comum: a *Eneida*. A imitação de modelos em grego, latim, italiano ou espanhol é mais facilmente reconhecida do que a de modelos em português. Lembrando textos-fonte escritos em prosa, Hélio Alves abre a averiguação aos textos em verso escritos em português tanto por antecessores como por contemporâneos de Camões e avança a ideia de que *Os Lusíadas* se integram “num conjunto mais alargado de projetos poéticos coevos em vernáculo” e demonstra que “Camões não inaugurou, na Língua, a generalidade dos recursos estilísticos e temáticos relativos ao oceano e às navegações, mas acompanhou, em vez disso, tendências então presentes, podendo, inclusive, ter seguido ou imitado concretamente algumas” (Alves: 58). É neste contexto que analisa o poema de Corte-Real que, entre muitos aspetos da representação oceânica, chegou a descrever o fenómeno do naufrágio. Camões que, como reconhece o autor do ensaio, atribuiu importância ao naufrágio na idealização poético-simbólica da sua epopeia oceânica, surpreendentemente, absteve-se de o descrever.

O terceiro ensaio, da autoria de Tiago Filipe Clariano, intitula-se “Como evitar naufragar no tempo? – O naufrágio na *Clepsydra* de Camilo Pessanha” e afasta-se bastante das várias correntes críticas que estudam a relação entre naufrágio e literatura. Arranca de duas circunstâncias: o facto de a *Clepsydra* ter chegado aos nossos dias num formato que não corresponde às intenções do seu autor e o de ter intuído a existência de um enredo reconhecível através de um conjunto

⁵ Citemos, a propósito, o estudo comparatista de Aude Plagnard, *Une Épopée Ibérique: Alonso de Ercilla et Jerónimo Corte-Real (1569-1589)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2919 (XII-504 p.) [URL: <https://books.openedition.org/cvz/7407>]. Também num horizonte comparatista, mas mais circunscrito à temática da literatura trágico-marítima, cf. Lisa Voigt, “Naufrágio, cativo, e relações ibéricas – a História trágico-marítima num contexto comparativo”, *Varia Historia*, vol. 24 nº39 (Belo Horizonte). [URL: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752008000100010&script=sci_arttext].

de poemas ordenados de forma diferente daquela que nos chega, inclusivamente, através da edição crítica de Paulo Franchetti. Sem pretender propor uma nova organização para esta obra de Camilo Pessanha, Clariano procurará afinidades temáticas e morfológicas entre poemas de maneira a reconstituir essa narrativa intuída. Intenções autorais, razões biografistas e uma enunciação assumidamente subjetiva fazem desta abordagem um ensaio no sentido mais livre do termo. Combinando um método que nos faz pensar no “close reading” com a reconstituição da referida narrativa e um quadro em que cabem referências à “mitologia pirata” e a filmes de culto popular como *Piratas das Caraíbas* ou *Titanic*, Clariano referirá o naufrágio em Camilo Pessanha como um “evento surpreendente” ao qual se reage com curiosidade. Essa curiosidade articula-se com uma poética que “revela uma obsessão geral com o conceito de morte e específica na morte por afogamento”. O naufrágio é entendido como *topos* decadentista que “dá continuidade ao tema da queda, recorrentemente associada ao abismo” (Clariano: 104). Ou, se o podemos dizer de outra maneira, a uma buscada perdição do sujeito por imersão num mar simbólico.⁶

⁶ Gostaríamos de evocar, a propósito deste ensaio, a diversidade de ecos poéticos da *História trágico-marítima*, na literatura portuguesa, de que é exemplo o seguinte poema de Tomaz Kim:

“História também Trágico-Marítima”

(que um desenho de Manuel Ribeiro de Pavia sugeriu)

A taberna é o porto
De quem do mar já não sabe.

No fundo do copo sarro apenas
E nas mãos o vidro tosco;
Nos olhos o mar alto
E na boca o travo a maresia.

Marinheiro,
Ó, marinheiro do mar morto!

No fundo do copo o mar largo
E o veleiro levado pelo vento...
E as mãos no jeito de afagar o leme,
E a rota abrindo-se rumo ao sol!

Marinheiro,
Eh, marinheiro do mar morto!

O quarto ensaio intitula-se “A *História Trágico-Marítima*: sobrevivência e fertilidade didática no programa e metas curriculares de Português” e é da autoria de Pedro Balaus Custódio. Trata-se de um artigo acerca da sobrevivência da *História Trágico-Marítima* no currículo de Português desde a sua introdução, nos anos cinquenta do século XX, até à mais recente reforma curricular que determinou a sua inclusão, em 2014:

De uma forma ou de outra, em formato adaptado ou no seu original (opções que são posteriormente tomadas pelos manuais escolares), acabaram por sobreviver a copiosas reformas educativas, tendo hoje um lugar cativo na sala de aula e, sobretudo, na formação prescrita no domínio da educação literária para estes jovens leitores (Custódio: 114).

Neste artigo podemos, ainda, entender as razões pelas quais o seu autor justifica que estes relatos devem fazer parte dos programas e até que ponto podem contribuir para a formação de um leitor jovem, uma vez que “a oportunidade para o entendimento e compreensão da literatura é, neste período, singular e irrepetível” (Custódio: 116). Custódio defende a inclusão de textos clássicos no cânone escolar, entendendo que este não é apenas um *corpus*,

é também, um conjunto de *procedimentos metodológicos e didáticos* explicativos desses textos, bem como de suportes teóricos e críticos que os representam, num determinado cenário político-educativo e aos quais se atribui a responsabilidade de transmitir os valores da língua, da cultura e da literatura de uma nação (Custódio: 118).

A riqueza didática destes relatos é profusamente demonstrada, num rol de sugestões que vão do seu contributo para a compreensão da expansão portuguesa à sua vertente literária, aduzindo-se, entre outros aspetos que não referiremos por falta de espaço, os seguintes: um perfil de marinheiro que se pode estabelecer por contraponto com o d' *Os Lusíadas*, opondo ao herói da Renascença um marinheiro que, de maneira muito mais verosímil, sofre sem remédio; uma possibilidade clara de realização de atividades interdisciplinares entre a aula de língua e a de história; a “adrenalina dramática da aventura” contida nos relatos da *História trágico-marítima*, a possibilidade de diálogo intertextual e

A taberna é o porto
De quem do mar já não sabe...

Cf. Tomaz Kim, *Obra Poética*, Lisboa, IN-CM, 2001, p. 237.

interartes ou, ainda, o diálogo com a atualidade presente nos naufrágios do Mediterrâneo.

O quinto artigo, da autoria de Glória de Santana Paula, tem por título “Um manuscrito anónimo do naufrágio da nau *Santo Alberto* (1593)” e trata de uma questão crucial: a do *corpus* textual dos naufrágios, a transcrição e estudo de manuscritos e, ainda, a determinação da relação que estes estabelecem com as versões que nos chegaram através da compilação de Bernardo Gomes de Brito. Trata-se de um manuscrito anónimo que precedeu o impresso de Lavanha e que a autora do ensaio pôde transcrever e publicar em 2007, na editora Caleidoscópio, com o título *O naufrágio da Nau Santo Alberto. Discurso de um manuscrito anónimo*. Embora o autor do manuscrito o designe como “roteiro” e forneça dados náuticos, nomes indígenas dos chefes e lugares ou costumes observados, com um intuito utilitário para futuros náufragos, o relato enquadra-se na estrutura das relações de naufrágio proposta por Giulia Lanciani e adotada por Glória de Santana Paula. Quanto à autoria, verifica-se que o relato é assumido por alguém que se refere a si próprio como um “curioso” a bordo da nau e que viveu tanto o naufrágio como a experiência de sobrevivência que se lhe sucedeu. Para além de explicar por que motivo este relato poderá ter permanecido inédito, a autora informa, com rigor histórico, o conteúdo dos contactos com os povos Nguni do sudeste africano, com quem os náufragos conviveram, de forma pacífica, até chegarem à terra do Natal, território de comunidades Tsonga associadas, pelos portugueses, a um “rei muito amigo dos portugueses”, Inhaca, que os ajudara aquando do naufrágio da nau São Tomé, em 1589. Como escreve a autora,

a experiência do naufrágio da nau *Santo Alberto* e subsequente travessia da *Cafraria* sob a liderança de Nuno Velho Pereira, um antigo capitão de Sofala que soube estabelecer encontros pacíficos com as populações locais, honrando os chefes africanos e estabelecendo permutas materiais de interesse mútuo, saldou-se na mais positiva experiência de sobrevivência na história dos naufrágios portugueses na África do Sudeste”. (Paula: 155).

Encerra o conjunto de seis ensaios o de Leonardo de Barros Sasaki, intitulado “*Vozes expulsas pelo medo: o diálogo trágico-marítimo de Al Berto*”.⁷ Nele, o autor explora a presença de um imaginário marítimo na obra de Al Berto e de um provável diálogo entre

⁷ Em nosso entender, vale a pena sublinhar que estamos perante uma forma de reescrita do imaginário literário trágico-marítimo que vai mais além de outras evocações mais convencionais, como a de Tomaz Kim, antes citada.

a poesia albertiana e as narrativas de naufrágio, tendo como núcleo a partir do qual estabelece as pontes o medo. O *corpus* textual de partida foi a plaquette *A seguir o deserto* e os livros *Três cartas de memória das Índias* e *Luminoso afogado*. Um estudo de elementos presentes no espólio do poeta permite-lhe conhecer um projeto de realização de uma instalação a realizar por Ricardo Pais que compreende, entre outros elementos, textos de viagem entre os quais inicialmente se contavam três relatos da *História Trágico-marítima* e, também, determinar que a primeira metade da década de 80 foi, para Al Berto, um período de exploração dos relatos de viagem. Sasaki vê, aí, “o gérmen de uma *imaginação náufraga* que posiciona sua obra dentro de uma longa tradição da catástrofe” (Sasaki: 161) e é precisamente esse filão que explora no seu artigo, estabelecendo, através de uma leitura próxima das obras do corpus e de mais alguns poemas concretos, vários nexos. Destacaremos, precisamente, o que associa o sentido das navegações à doença do sujeito e à tragédia da nação, que precisaria de renunciar “à nostalgia de glórias passadas, que impossibilita Portugal de se estabelecer no presente e de se projetar no futuro enquanto nação” (Sasaki: 163). O seu desiderato é conseguir uma aproximação à obra de Al Berto com a *História trágico-marítima* e expandir os diálogos com uma tradição que se desenvolve à margem do cânone, criando o poeta uma “genealogia desviante”.

Completa o dossiê temático um conjunto formado por duas entrevistas, um ensaio breve e o relato de um naufrágio que passamos a referir de maneira breve.

O primeiro entrevistado é Josiah Blackmore, autor de *Manifest Perdition: Shipwreck Narrative and Disruption of Empire*, um livro que, publicado em 2003, veio renovar a abordagem crítica dos relatos de naufrágio. Um dos aspetos interessantes da obra, que o autor sublinha na entrevista, é o lugar especial ocupado pelo mar, a navegação e o desastre na literatura ibérica. O mar afigura-se-lhe como um campo de investigação interdisciplinar que permite abordagens capazes de romper convenções como a do género literário e aproximar textos de autores que, embora tenham cultivado diferentes géneros, podem ser relacionados enquanto “teóricos do mar”. Como diz, “o mar é um princípio da cultura e da atividade intelectual” e “o naufrágio chega a ser uma categoria hermenêutica da cultura em si”. Interrogado sobre se a sua tese de que a literatura de naufrágios constitui um contraponto à ideologia heroica do Império português continua a parecer-lhe vigente, introduz um matiz, que consiste em referir momentos em que é evidente

um certo heroísmo ou maneiras “imperiais” de pensar em relação aos povos autótones com os quais os naufragos se relacionaram em África. Também revela entusiasmo em relação ao surgimento de novas teses, ao mesmo tempo que dá a conhecer novas linhas da sua pesquisa, tais como “as experiências sensoriais dos sobreviventes nos espaços do desastre marítimo e o naufrágio como dimensão do sujeito literário marítimo” (Blackmore: 186).

Adriana Freire Nogueira e J. J. Dias Marques dão à estampa, como pré-edição de um texto mais vasto, um relato inédito do naufrágio do vapor britânico *Santareense*, que naufragou em 1896, ao largo de Cabo Verde, quando realizava uma viagem de Liverpool a Belém do Pará. O autor do relato é um jovem viajante, Antônio de Mendonça Freire, um dos 47 passageiros que se encontravam no navio e que, em 1897, escreve as memórias dessa viagem. Embora tenham corrido risco de vida e o *Santareense* se tenha perdido, percorre o relato uma jovialidade que talvez resulte da cumplicidade com o destinatário, o irmão do autor, pouco mais jovem do que ele, e dos interesses comuns como a fixação em questões de índole amorosa ou a saborosa descrição de um tipo que encarna o enamorado baboso e a sua diferença de comportamento durante a bonança e quando acontece o naufrágio. A forma como ele próprio se salvou, disfarçando-se entre mulheres e crianças deitado num charco de água que cobria o fundo do barco também contém um caricato que o autor não escamoteia e que contribui tanto para a verosimilhança do relato como para essa jovialidade que referimos e que nasce do conhecimento de que o naufrágio teve um final feliz.

Christine Zurbach apresenta uma questão importante, que aspira a um desenvolvimento ulterior: a das traduções da *História trágico-marítima*. Como a autora sublinha, essas “traduções representam um outro tipo de recepção que passa pela travessia de fronteiras linguísticas, literárias e culturais” (Zurbach: 207), para além de possibilitarem a difusão da obra num contexto europeu. Depois de referir vários tradutores para a língua francesa, fixa-se no caso de uma tradução da autoria de Georges Le Gentil publicada em 2016 pelo editor Michel Chandeigne e intitulada *Histoires trágico-maritimes. Trois naufrages portugais au XVI^e siècle*, com um prefácio de José Saramago. Este livro reúne os naufrágios da Nau Conceição (1555), do Galeão São João (1552) e da Nau São Paulo (1562) e, na promoção comercial da obra, que destaca a figura do Nobel português, surgem as seguintes palavras: «Dans ces pages, souligne José Saramago en préface, où les hommes meurent par milliers, ce n'est pas seulement la terrible réalité des

voyages de l'époque qui est décrite, mais aussi la pure condition humaine, montrée dans sa misère et sa grandeur.». Christine Zurbach destaca justamente essa junção do prefácio de Saramago como estratégia capaz de permitir uma receção atualizada da obra. Refira-se, com a autora, que esse prefácio é a tradução de um dos três comentários publicados como posfácio da *História trágico-marítima* publicada por Edições Afrodite em 1972. Aí, Saramago plasma uma “ideia de literatura que estrutura a sua própria obra, enquanto autor, assumidamente orientada por valores morais e éticos, e de forte comprometimento político articulado com um incentivo à reflexão filosófica, sobre o sentido da vida humana” (Zurbach: 209). Entre a sugestão de aproximação aos textos produzidos pelos moralistas da época clássica e a postura ética de Saramago, há, certamente, lugar para uma leitura destes relatos de naufrágio mediados pela tradução.

João Medina, na sua entrevista, faz um interessante exercício de aproximação a um romance que escreveu em 2004-2005 (publicado em 2006), *Os Naufragos do Mar da Palha*, sublinhando a sua não identificação com o pessimismo refletido na obra. Fala mais alto o *ethos* do historiador que, para além de revisitar certas teses particularmente negativas acerca do futuro de Portugal e de tratar de as situar num tempo concreto, destaca a total liberdade criativa do autor de romances e o poder da sátira, base da construção desta sua obra. É no poder satírico do romance que assenta a sua esperança de legibilidade do mesmo no presente.

Gostaríamos de dizer, como sugere João Medina ao reabilitar a nossa nação-nau e ao salvá-la de um pessimismo radical, que nos situamos para além do naufrágio. E podemos fazê-lo quando nos colocamos na posição do espetador ou do observador de naufrágios. Iniciou-se, desde que se escreveram e foram compilados os naufrágios da *História trágico-marítima*, um processo de receção, reescrita e reinterpretação que revela uma grande vitalidade presente e de que o atual dossiê temático é exemplo. Quando nos situamos na posição de leitor de naufrágios, podemos ver como se trata de uma obra aberta a leituras comparatistas, de índole ora mais literária e artística, ora de natureza mais antropológico-cultural, salientando os encontros (nem sempre pacíficos) de povos e culturas. Isso é, por si só, garantia de perenidade e de interesse histórico-literário, razão pela qual deixamos em aberto a possibilidade de publicação de nova compilação crítica, mais adiante.

Nota de Homenagem

Giulia Lanciani (Roma, 1935 – novembro de 2018), recentemente falecida, destacou-se como prestigiada lusitanista, autora de diversos estudos de referência nos domínios da Língua e Literatura Portuguesas. Entre as suas múltiplas pesquisas e publicações, sobressai a particular atenção consagrada ao tema da literatura trágico-marítima.

Por isso, é perfeitamente compreensível a convocação da sua autoridade em diversos estudos sobre esta matéria específica, nomeadamente nos variados artigos que perfazem este dossiê temático “Literatura e Naufrágio”, numa forma de visível e justíssimo reconhecimento.